



Arqueologia e Emprego O exemplo do Projecto de Bracara Augusta Francisco Sande Lemos

A questão do emprego é um dos temas mais discutidos nos debates dos economistas e dos políticos a nível português e na Europa.

Hoje ninguém nega que os trabalhos arqueológicos constituem uma mais valia essencial para a formação da memória colectiva, da identidade regional e nacional bem como para as "indústrias" relacionadas com a herança cultural, e que se articulam com dois amplos sectores de actividade económica: o lazer e o turismo. Na verdade, quanto mais diversificada for a oferta tanto mais interessados é possível atrair.

Neste quadro a Arqueologia deixou de ser, para o bem e para o mal, um mero exercício erudito ou científico.

A par de uma função imediata de acumulação de informação, com o consequente aumento do património científico social, a Arqueologia cumpre um outro objectivo, não menos importante. Devido ao tipo de trabalho, em que o investimento em máquinas é forçosamente menor, a Arqueologia exige o recurso a pessoal e cria emprego, mesmo que seja temporário.

No caso do projecto de *Bracara Augusta* esta vertente tem sido uma preocupação permanente dos responsáveis, desde 1977, quando se estabeleceu o Campo Arqueológico de Braga, termo que designava um espaço e uma equipa.

Deste modo, entre 1976 e 1997 foram criados 37 empregos permanentes, dos quais 10 dependentes da Universidade (Unidade de Arqueologia), 21 do Ministério da Cultura (Museu de D. Diogo de Sousa) e 7 da Câmara Municipal de Braga (Gabinete de Arqueologia).

Note-se que no número de pessoal afecto à Arqueologia, seja no Museu, seja na Câmara, ou na UM, se encontram especialistas em diversos domínios.

Para além do núcleo de postos de trabalho distribuído pelas três entidades (UAUM, GAC, MDDS), os trabalhos permanentes, ao longo de todo ano, mesmo durante o Inverno (quer as escavações quer a lavagem do espólio resultante) obrigam a recrutar pessoal a título temporário, conforme os projectos, e remunerado com verbas da mais variada origem, no espírito e letra de Convenção de Malta.

Dos magros orçamentos, que são atribuídos ao projecto, grande parte são transferidos para remunerar o trabalho de jovens que, em latitudes temporais distintas, constituem as equipas em campo. Estas equipas de campo congregam jovens com níveis de escolaridade diferentes, a título precário é certo, mas alguns já com vários anos de experiência.

No corrente ano (1997) encontram-se a colaborar em escavações 14 jovens, dos quais dois licenciados. Em trabalhos complementares de laboratório (lavagem de espólio) mais dois jovens. Ou seja, ao todo, 16 pessoas.

Em gabinete em trabalho de informatização de dados encontram-se a trabalhar 4 jovens licenciados.

Ou seja na totalidade 95 efectivos permanentes ou temporários.

Não será uma média empresa é certo. Mas, sem incentivos específicos (Fundo Social Europeu, por exemplo), com uma produção efectiva de mais

valia (conhecimento científico) e graças a um aproveitamento, ao tostão, dos dinheiros, oriundos do Estado ou de particulares.

Muitos destes jovens acabam por colaborar durante longas temporadas e seguem depois outras profissões. Curiosamente temos entre nós jovens que já trabalharam connosco durante meses a fio, foram cumprir serviço militar e voltaram. Outros encontram-se já em cursos superiores e abandonaram as escavações. Nunca perderam o interesse e frequentemente visitam as escavações. Outros ainda, aproveitam as férias escolares em anos sucessivos e reforçam as equipas durante o Verão.

De salientar que alguns dos jovens, que começaram como simples “cabouqueiros”, insistiram em alcançar metas mais ambiciosas. A par do trabalho contínuo das escavações concluíram o curso secundário e terminaram com êxito a licenciatura em História (variante de Arqueologia). É o caso de Luís Fontes, hoje um reputado arqueólogo medievalista, que está a finalizar a dissertação de Mestrado, ou de José Manuel Freitas Leite, mestrando de Arqueologia, no ano lectivo de 1997/1998, na Universidade do Minho.

Este texto aliás, não é um mero registo, ou uma simples evocação.

Tem destinatários:

- por um lado o Ministério da Cultura que, em meu entender, devia privilegiar as áreas de intervenção que criam emprego, como o restauro, o artesanato, a Arqueologia, em detrimento do efémero, pelo qual alguns cobram honorários que permitiriam empregar durante meses muitos jovens.
- por outro lado as entidades gestoras de fundos europeus, que encaram a Arqueologia como um exotismo e ignoram a sua dupla função social como alicerce de uma nova indústria e como área de criação de emprego.
- finalmente, alguns arqueólogos, que acumulam projectos e tarefas, fechando as portas aos mais novos, acumulando proventos, sem se preocupar com a criação de novos empregos (havia os turbo-professores; há agora os turbo-arqueólogos ...).

A arqueologia tem múltiplas finalidades. Como é obvio a preservação dos testemunhos materiais do passado e a criação do património científico são prioritários. Todavia, a abertura de postos de trabalho a novos licenciados, a técnicos auxiliares e operários especializados não poderá ser um objectivo menor.

Esperamos que o novo IPA e a APA desenvolvam uma política activa neste domínio, sem temer os mandarins e observando o modo como são aplicados os dinheiros públicos do país e da Europa, de modo a que este objectivo de ordem social e educativa nunca seja menosprezado.

No âmbito do projecto de *Bracara Augusta* esta perspectiva nunca foi esquecida e caso sejam examinadas a contas das verbas destinadas às escavações, verifica-se que a grande percentagem é aplicada em gastos com a contratação de pessoal para os trabalhos arqueológicos. Verifica-se, também, que há uma preocupação constante com a segurança no trabalho.

Nesta perspectiva, a experiência do Projecto de *Bracara Augusta* que à semelhança de outros portugueses e europeus, é um salvamento permanente, deveria merecer um maior apoio por parte do Governo, em meios logísticos e financeiros.

E, na verdade, passada a década 70, nos anos seguinte, o Projecto de *Bracara Augusta* pouco favorecido foi pelos Governos do PSD.

Esperamos que o novo Governo PS assuma uma atitude diferente, tanto mais que o Salvamento de *Bracara Augusta* muito deve a um dos mais ilustres fundadores do Partido Socialista: o Doutor Mário Soares.

Braga, Verão de 1997